

A DEMANDA DO SUJEITO NO HOSPITAL*

Alberti, S., Silva, S.C., Cruz, J.R., Silva, H.R. e Medeiros, M.

A grande maioria da procura de um setor ambulatorial de tratamento de adolescente no hospital público é feita de forma indireta, ou seja, através de solicitações enviadas pelas clínicas médicas, mas também, e basicamente, pelas escolas (sustentadas em fracasso escolar ou desvios de comportamento) e, finalmente, por solicitação da família, com a preocupação semelhante à das escolas. Esta fala de uma mãe afilta é um exemplo: "Ele já repetiu a 3ª. série duas vezes, fica com crianças muito menores que ele, (...) já podia estar com os amigos pensando no vestibular (...). Não sei o que ele pensa da vida".

No caso, a referência inicial que temos, nos leva a procurar escutar desta mãe porque ela quer um filho prematuramente adulto e do filho, porque ele quer continuar na infância. Mas o problema que esse encaminhamento traz é que o adolescente não se identifica com o motivo da consulta, ou seja, não vê o motivo da consulta como uma questão sua, justificando assim sua vinda com frases tais como: "Não sei, a professora foi quem disse..."; "Minha mãe me falou para vir aqui porque ela acha que..."; ou ainda "A médica disse para eu marcar com a psicóloga mas eu não sei o que devo dizer para você...". Evidentemente isso dificultaria bastante uma entrevista psicológica, sobretudo quando ainda se espera que o psicólogo dê pareceres, diagnóstico e resolva problemas que fogem da alçada da medicina. Ainda há os casos onde, ao contrário, que problemas que são especificamente da alçada da medicina são encaminhados ao serviço de psicologia na medida em que envolvem uma tal quantidade de angústia, às vezes para o próprio médico, que magicamente se gostaria que o psicólogo os resolvesse. Voltaremos a falar dessa última questão, abaixo.

Muitas vezes o pedido da instituição, quer seja a escola, a família ou mesmo um hospital, é que o sujeito se adapte e se comporte conforme as regras consideradas normais. Do analista é demandada uma certa

*. Texto retirado de um trabalho desenvolvido na Unidade Clínica de Adolescente do Hospital Pedro Ernesto (UCA/HUPE/UERJ) na disciplina "Psicologia Institucional" do Curso de Especialização em Psicologia Clínica, Instituto de Psicologia - UERJ.

**. Psicanalista, Professora Adjunta do Instituto de Psicologia da UERJ.

complicidade, porém se esta não se dá, a análise então é vista como associada porque não se associa às regras sociais, e, não poucas vezes, o analista é desacreditado. No entanto, em psicanálise não é de regras sociais que se trata transmitir, mas se trata de transmitir um saber sobre o sujeito que tem um inconsciente que não é associada mas atemporal, tem um sintoma que vem falar de uma verdade que não está ligada à realidade externa, mas interior ao sujeito, e tem um discurso no qual é preciso valorar sua fala.

Como consequência, diante de uma demanda tão diferenciada, devemos nos perguntar, inicialmente, quem é o adolescente para essa clínica que pretendemos desenvolver. Há muitas definições do adolescente hoje, e cada uma respondendo a uma clínica particular. Para o médico o adolescente se define inicialmente pelas mudanças hormonais, para o psicólogo social, como um indivíduo com mudanças de comportamento, e para o psicanalista?

Tanto para Freud quanto para Lacan, o termo indivíduo tem uma referência muito mais social do que psicanalítica. Não que a psicanálise não leve em conta a sociedade (na realidade ela a leva muito em conta, muito mais do que se imagina normalmente), mas a psicanálise é um saber à parte, que não define um indivíduo mas define cartesianamente um sujeito, mesmo se este sujeito, na clínica, não sabe exatamente onde, como e porque existe. Se etimologicamente o indivíduo tende a uma unidade, a psicanálise postula um sujeito dividido, descentrado de uma primazia da consciência suposta pela filosofia iluminista e que inspirou muitas vezes a abordagem do homem no século XX. A variedade do ser humano da qual Freud nos fala em 1930, é a própria do discurso que cabe ao analista ouvir. Mas ouvir, como escreve Serge Leclair: "outra coisa além do simples significado das palavras que estão sendo pronunciadas", ouvir articulando significantes.

Essa singularidade formadora a partir das primeiras relações pessoais, traz na adolescência o que para muitos é visto como deviante. A relação entre a infância que está passando e a visão adulta por vir, incertezas sobre as mudanças e cobranças de atitudes, fazem do próprio adolescente alguém que percebe não saber quem é.

Assim, do ponto de vista da psicanálise, o adolescente é antes de tudo um sujeito, antes mesmo de ser adolescente, quer dizer, aquele que nos vem procurar é um sujeito e não meramente um adolescente. Se este sujeito está passando por uma etapa em sua vida que chamamos hoje adolescência então é um sujeito que, além das questões que dizem respeito normalmente ao sujeito (e que já não são poucas), sofre diante de mudanças que estão ocorrendo a nível do seu corpo, de suas relações

familiares e escolares, e sobre as quais não tem nenhum controle.

No entanto, se antes de tudo ele é um sujeito é porque tem uma história que envolve os traços que foram marcando sua vida, desde a mais tenra infância, e que lhe são absolutamente singulares; assim como podemos dizer que as digitais são singulares do ponto de vista da medicina legal. Para se ter acesso a esse sujeito é preciso que ele fale, única maneira de conhecê-lo, única maneira dele mesmo se conhecer, a ponto de podermos definir o sujeito enquanto aquele que fala.

É depois, somente quando a fala do próprio sujeito surge na demanda, que podemos dizer, em oposição à procura indireta do psicólogo, que aparece aí uma demanda direta de tratamento. O adolescente, independente do discurso dos outros para com ele, procura alguém com quem possa falar. Neste momento se formaliza uma demanda que permite o advento do sujeito, como sujeito da fala.

Há quase um século atrás, Freud definiu o próprio sintoma como a fala do sujeito que, devido a determinados conflitos, não pode falar de outra forma senão pelo sintoma. Vemos, por aí, o quanto o sintoma também diz algo singular a respeito deste ou daquele sujeito - razão pela qual é impossível generalizar uma causalidade para uma sintomatologia. Um sintoma pode ter várias causas - aliás, é assim também na medicina. Se o sintoma é uma pista que mostra que há algo que não pode ser dito de outra forma e que traz contratempos para o sujeito, então o sintoma é algo muito mais genuíno, àquele sujeito em particular, do que se poderia supor.

Por outro lado, quando dizemos que o adolescente vem procurar o serviço de psicologia por via indireta, ou seja, via uma demanda que não parte dele, denotamos também que existe uma fala para além daquele sujeito na sua singularidade. Isso transcende o sujeito e de um lado, faz dele um objeto de angústias, questões e dúvidas, e por outro lado, paradoxalmente, acaba por emudecer a fala do próprio adolescente - e até mesmo o sintoma pode ser emudecido -, dificultando ainda mais a abertura de uma via que lhe permitiria perguntar onde, como e porque existe. Eis pois as dificuldades encontradas por consequência de demanda indireta. Sabemos que estas consequências não são intencionais da parte dos médicos, educadores, pais e familiares dos adolescentes que nos são encaminhados. Ou seja, sabemos que não existe uma intenção na demanda indireta em calar o adolescente. Apenas é preciso constatar um efeito que o encaminhamento às vezes provoca, efeito que nem sempre é facilmente contornável no quotidiano da clínica, razão de ser necessário pensar como fazer um encaminhamento ao psicólogo.

Além dessa constatação, outra se faz muito mais evidente: às vezes o sujeito não fala em nome próprio mas ele é falado por outros. Falado por uma outra pessoa que gostaria que seu filho, paciente, aluno, fosse um pouco diferente, agisse de forma diferente, às vezes até pensasse de forma diferente. Não que esse desejo que as pessoas têm com relação aos adolescentes esteja errado, não, ao contrário, muitas vezes o sujeito adolescente tem falta de alguém que externe um desejo de vida com relação a ele - hoje em dia, no Brasil, isso quase é uma regra, às vezes parece que há mais desejo de morte do que de vida com relação aos adolescentes - mas, a partir do momento em que há uma demanda que vem de um outro, e um outro que representa uma autoridade para o sujeito, necessariamente o adolescente teme a própria perda, ou seja, ele se cala em relação a essa demanda que o molda.

Para ser possível uma clínica do sujeito no hospital, é preciso que psicólogo esteja avisado disso e faça do seu trabalho o momento em que o adolescente possa vir a descobrir que há coisas que lhe dizem respeito que são absolutamente singulares a ele, e que sua história deixou traços em sua memória que só ele pode vir a saber e que existe a possibilidade de vir a saber, se estiver interessado. Essa possibilidade será dada então para que num momento posterior, dentro ou fora da mesma instituição, ele possa procurar alguém com quem falar, alguém que o ajude a escutar a **sua** fala, que já não mais dirá respeito a uma demanda de atendimento indireta, mas própria. É assim que podemos pensar hoje a função do psicanalista no hospital público, não aquele que resolve os problemas, nem aquele que se nega em atender qualquer doente por qualquer motivo, mas aquele que, juntamente com cada sujeito que vem procurá-lo, seja pelo motivo que for, recolocará a demanda de tratamento, de forma a que o sujeito possa vir a se engajar nele. Se este trabalho for feito, grande passo terá sido dado para a definição da função do psicanalista no hospital que passa a depender, exclusivamente, de sua própria fala e escuta. Ao mesmo tempo, no momento em que o sujeito souber porque vem ao analista, ele estará dando o primeiro passo para o final de seu tratamento.

Assim, a via para uma clínica do sujeito no hospital público necessariamente passa pela transformação da queixa em demanda de tratamento, demanda na qual o sujeito se implica, passando a reconhecer-se como sujeito da fala, verificando sua implicação no seu sintoma e seu engano quando atribui a um outro os seus problemas.